



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO DE 2015

MP quer bloqueio nas contas da PMA

Tendo em vista a falta de desassistência a centenas de pessoas que precisam dos serviços do Hospital de Cirurgia, e que está desde o dia 15 de janeiro sem receber novos e pacientes e já apresentando dificuldades para prestar assistência aos já internados, o Ministério Público de Sergipe (MPSE), quer, em caráter de urgência, o bloqueio das verbas públicas do município de Aracaju, na ordem de R\$ 5,1 milhões para custear os serviços prestados pela unidade de saúde. O MP requer ainda que o valor bloqueado seja transferido para conta bancária do Hospital e que deverá permanecer até que seja promovida a completa regularização dos serviços no local.

A ação se deu por intermédio dos promotores de Justiça dos Direitos à Saúde, Nilzir Soares Vieira Júnior, Fábio Viegas Mendonça de Araújo e Alex Maia Esmeraldo de Oliveira, que entendem que a medida emergencial está sendo pleiteada pelo órgão porque o Prefeitura de Aracaju vem descumprindo a ordem liminar concedida em 16 de agosto de 2013, que determinou que o Município não interrompesse a oferta dos serviços nos Hospitais Cirurgia e Santa Isabel, ambos contratados pela municipalidade.

“Segundo informações prestadas por representantes do Hospital Cirurgia, durante audiência pública realizada no último dia

16, na Promotoria da Saúde, o Hospital paralisou serviços imprescindíveis, a exemplo da Unidade Vascular (UVA) referência para pacientes infartados e com problemas vasculares no Estado de Sergipe, por conta do não pagamento aos prestadores da unidade de saúde, já que o município vem retendo, indevidamente, o pagamento dos serviços prestados desde setembro de 2014”, informou o MP.

Ainda segundo os promotores responsáveis pela ação, “a situação é mais delicada ainda para os pacientes da oncologia, já que, o Cirurgia, única unidade particular do Estado habilitada pelo Ministério da Saúde como

Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacom), que presta serviço ao SUS, fechou as portas para todos os pacientes oncológicos. Diante da situação, o MP lembrou ao Poder Judiciário que o Município de Aracaju se qualificou no SUS como “Município de Gestão Plena” assumindo, portanto, a responsabilidade pela oferta das ações e serviços de saúde de baixa, média e alta complexidade. “Além disso firmou, recentemente, novo contrato com o Hospital Cirurgia, de tal modo que é responsável exclusivo pelos serviços ali executados, devendo, assim, arcar com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato”.